



Alckmin impõe teto para repasse de verba a USP, Unesp e Unicamp

Universidades recebiam até este ano o mínimo de 9,57% do ICMS; em 2016, esse será o máximo

Mudança consta em projeto para Orçamento do ano que vem; em crise, escolas pedem mais verbas ao governo

FÁBIO TAKAHASHI
DE SÃO PAULO

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) transformou em “teto” o que era o “piso” de verba a ser destinada às três universidades paulistas: USP, Unesp e Unicamp.

A decisão ocorre quando as universidades vivem dificuldades financeiras e pleiteiam mais recursos.

Prevista para 2016, a alteração consta no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ser analisado e votado na Assembleia, onde o governo tem maioria.

Tradicionalmente, a gestão tucana determinava que suas universidades deviam receber “no mínimo” 9,57% da cota do Estado no ICMS (principal imposto paulista).

Na proposta para 2016, o texto diz que o percentual é o “máximo” a ser concedido.

A mudança permite que o governo não chegue nem a repassar mais os 9,57%, dizem os sindicatos dos professores da USP e da Unicamp.

Como as universidades, o Estado também vive dificuldades financeiras, devido à queda na arrecadação.

CRÍTICAS

“O governo Alckmin está cansado de saber que os 9,57% são insuficientes para garantir ensino, pesquisa e extensão de qualidade”, diz a Adusp (sindicato docente da USP). “É evidente a tentativa de acabar com a autono-

mia das universidades.”

O reitor da Unesp, Julio Durigan, disse à **Folha** que, “possivelmente, a ideia [do governo] é sinalizar a impossibilidade de acréscimo no referido percentual, como pleiteiam as universidades”. Em sua avaliação, não deve haver redução do percentual.

No ano passado, os três reitores enviaram ofício à gestão Alckmin pedindo aumento de 4% no percentual que as universidades recebem.

Os reitores diziam ser necessário o reajuste porque o número de alunos matriculados cresceu 84% desde 1995, quando o governo fixou em 9,57% a parcela do ICMS.

O mecanismo de repasse às universidades foi fixado por um decreto do governador, em 1989. A lei que rege o Orçamento estadual tem mais força na hierarquia legal.

O governo disse que a mudança não visa reduzir o percentual, mas quer deixar claro que é contra um aumento (leia mais nesta pág.).

As três universidades vivem dificuldades financeiras, causadas por aumento de despesas, principalmente com pessoal, aliado a um repasse de verba do governo inferior ao previsto.

A USP, por exemplo, esperava receber R\$ 5 bilhões no ano passado, mas chegaram R\$ 600 milhões a menos.

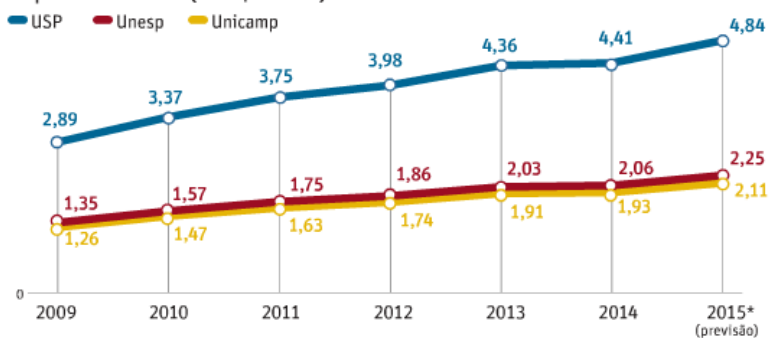
Como a economia desaqueceu, caiu a arrecadação do Estado, base do repasse para as universidades.

O gasto com folha de pagamento na USP é maior do que ela recebe de SP desde 2014 —ela implementou programa de demissão voluntária que cortou 7% dos técnicos-administrativos, mas insuficiente para acabar com o déficit.

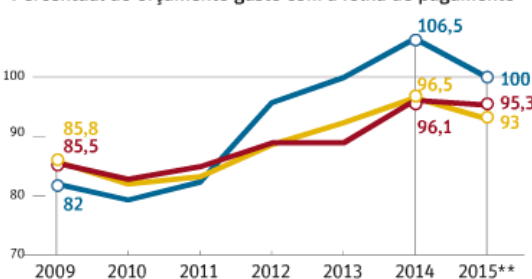
REPASSES PARA UNIVERSIDADES

Gov. de São Paulo quer mudar valores pagos às universidades públicas

Repasse do Estado (em R\$ bilhões)



Percentual do orçamento gasto com a folha de pagamento



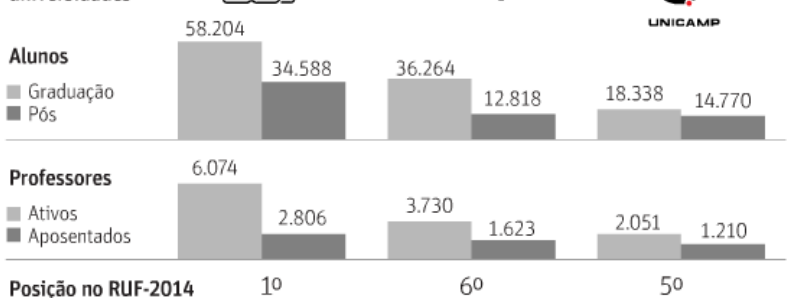
Como é

9,57% da arrecadação total do ICMS do Estado, no mínimo, é repassado às universidades

Como pode ficar em 2016

LDO prevê que 9,57% do ICMS arrecadado, no máximo, seja repassado às universidades

Raio-x das universidades***



*Repasse do tesouro do Estado, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 **Referente a jan, fev, e mar 2015 ***Dados de 2013, inclui alunos especiais Fonte: Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento, Cruesp